
**A palavra ‘lésbica’ e a violência em notícias de jornais on-line:
por uma análise de discurso antilesbofóbica e antipunitivista**

¹Natália Kleinsorgen Bernardo Borges

Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano
Universidade Federal Fluminense (PPGMC/UFF)

RESUMO

Este trabalho versa sobre a importância de uma análise do discurso (AD) que se pretenda feminista, antilesbofóbica e antipunitivista, a fim de investigar notícias sobre violências envolvendo lésbicas no jornalismo on-line. Para atingir este objetivo, foi feita uma revisão bibliográfica de autoras da teoria lesbofeminista; do campo da análise do discurso; de teorias sobre a relação entre violência e linguagem; e do campo da criminologia crítica. A AD é defendida aqui como ferramenta para compreender fenômenos sociais que se escondem por detrás de manifestações culturais midiáticas, principalmente na cobertura de fatos entendidos como anomias e desvios sociais .

PALAVRAS-CHAVE

Análise do discurso feminista; teorias lesbofeministas; antipunitivismo; jornalismo on-line.

INTRODUÇÃO

Hoje, devido ao esforço de pesquisadoras atentas aos meios de comunicação e às reproduções de violências na sociedade, podemos afirmar a inegável relação entre a cobertura midiática da violência praticada contra mulheres e a perpetuação dessa violência nas casas e nas ruas. A antropóloga argentina Rita Laura Segato (2018a) e a jornalista peruana Mariela Jara (2019) versam sobre o tema e nos convidam a refletir acerca deste tipo de cobertura. O que buscamos quando, nas notícias de jornais, tratamos dos casos de feminicídio e outras agressões como se fossem casos isolados? Que tipo de comunicação estamos fazendo? O que estamos buscando ao reforçar a necessidade de punição para tais perpetradores, como se cada um deles fosse meramente um desviante que precisasse de punição?

Este trabalho versa sobre a importância de uma análise do discurso (AD) que se pretenda feminista e antipunitivista. Para atingir este objetivo, foi feita uma revisão bibliográfica de autoras do campo da análise do discurso, de teorias sobre a relação

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

entre violência e linguagem; e do campo da criminologia crítica, sobre o punitivismo como metodologia para lidar com atos indesejados. A AD é defendida aqui como ferramenta para compreender fenômenos sociais que se escondem por trás de manifestações culturais midiáticas, principalmente na cobertura de fatos entendidos como anomias e desvios sociais que, principalmente, atravessam a vida das mulheres lésbicas. Até que ponto a violência sistemática praticada contra lésbicas e veiculada em notícias de jornais on-line pode ser entendida como fato isolado; e como os discursos veiculados nas mais diversas mídias podem reforçar o caráter de exceção, quando tais atos são consequência da organização da sociedade patriarcal?

Em minha trajetória como feminista autônoma, abolicionista de gênero, antipunitivista organizada em coletivos de mulheres e comunicóloga inserida na academia, pesquisadora de comunicação, venho observando como as mídias vêm sendo, ao longo dos anos, articuladas com o fenômeno da violência. Ao passo que os jornais veiculam um “aumento de feminicídio”² nos últimos anos, ainda não conseguimos mensurar pelas estatísticas se antes havia subnotificação, se esta subnotificação se mantém, se foram as notícias que aumentaram – principalmente depois do decreto da Lei nº 13.104/2015, que torna o feminicídio um homicídio qualificado e o coloca na lista de crimes hediondos, com penas mais altas, de 12 a 30 anos. Ainda há muito a ser refletido sobre o que os números nos mostram e até que ponto a veiculação de casos estimula ou constrange outras ações. Para Segato (2018b), o tratamento midiático deste tipo de conduta deveria ser debatido tanto quanto debatemos a veiculação de suicídios – em congressos, mesas, conferências –, considerando o efeito cascata que tais notícias podem reverberar. Nós concordamos, e reforçamos a ideia de que esses debates não podem mais ser feitos sem as mulheres.

² Alguns exemplos são: PORTAL G1 “Aumento dos feminicídios no Brasil mostra que mulheres ainda não conquistaram o direito à vida”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/aumento-dos-feminicidios-no-brasil-mostra-que-mulheres-ainda-nao-conquistaram-o-direito-a-vida.ghtml>>. Acesso em 05/10/2023; RÁDIO SENADO “Aumento do feminicídio no Brasil preocupa autoridades brasileiras”. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/conexao-senado/2023/07/05/aumento-do-feminicidio-no-brasil-preocupa-autoridades-brasileiras>>. Acesso em: 05/10/2023; EBC “Feminicídio: Oito anos após aprovação da lei, casos aumentam”. Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-01/feminicidio-oito-anos-apos-aprovacao-da-lei-casos-aumentam>>. Acesso em 05/10/2023.

METODOLOGIA

Para a escrita deste texto, partimos da ideia de que o patriarcado ocidental se tornou globalizado e fomos sistematicamente afastadas – pelos homens historiadores, filósofos e cientistas – dos livros que nos contam a história oficial da humanidade (Lerner, 2019; Franulic, 2019; Morgan, 1977). Por isso, é necessário investigar cuidadosamente quais teorias podem nos ser úteis no dismantelamento das estruturas patriarcais e, conseqüentemente, na construção de uma sociedade que centralize mulheres e as considere parte inseparável da construção da memória, da história e da cultura.

A partir da análise do discurso proposta pela escritora e linguista feminista chilena Andrea Franulic (2015), uma *análise feminista do discurso a partir da diferença sexual*, propomos uma análise do discurso que perceba as estratégias masculinas de dominação, impregnadas, inclusive nas nossas próprias visões de mundo – e nas nossas demandas por reparação e justiça. Socialização aqui é um conceito-chave, já que é a partir dela que seres humanos são inseridos nas dinâmicas sociais, demarcando nosso lugar no mundo, com todas as relações de poder (Zaidman In Hirata, H. et al (org.), 2009; Bassoli, 2021).

Partindo do que já foi dito, temos como objetivo articular olhares feministas e antipunitivistas, a partir de uma revisão bibliográfica crítica. Para cumprir o objetivo proposto, dividimos o trabalho em três partes: na primeira, explicamos qual a visão feminista adotada por nós e porque é necessário demarcar essas vozes e a necessária crítica à outras teorias e análises do discurso ditas feministas, mas que reforçam as instituições masculinistas e seus poderes. Para tanto, utilizaremos a teórica linguista e feminista chilena Andrea Franulic (2015; 2017; 2018), e outras feministas radicais da diferença.

Na segunda parte, evidenciamos o que chamamos de uma cultura punitivista, onde antagonismos são criados por meio da linguagem e da ação concreta a fim de produzir hierarquias de poder. Demonstramos, conseqüentemente, como as instituições precisam da manutenção dessas hierarquias para funcionar – incluindo mídias e sistema penal que, articulados, promovem o que chamamos de “populismo penal midiático”. Vamos refletir como a aposta nas instituições penais por parte da sociedade, ancorada

em propaganda midiática, é antes uma forma de reproduzir injustiças sociais, e não uma forma de alcançá-las, como muitas vezes a agenda punitivista faz crer.

Na terceira parte, justificamos a escolha pela metodologia da análise de discurso, utilizando as contribuições de Eni Orlandi (2009) e consolidamos uma proposta para os estudos do discurso a partir de uma perspectiva feminista e antipunitivista. Ao final do texto, defende-se a urgência de repensar os discursos midiáticos sobre ações praticadas contra mulheres a fim de causar danos, partindo da ideia da violência não só como produção de fatos sociais indesejados, mas como linguagem e pedagogia, e da punição como reforço das instituições patriarcais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Análise do Discurso (AD) é a própria investigação da relação das pessoas com seus processos sociais, tendo a produção de sentidos e de linguagem enquanto parte de seus cotidianos. A analista de discurso relaciona a linguagem ao contexto social, articulando saberes da Linguística com saberes das Ciências Sociais – provocando a primeira por sua falta de historicidade, e a segunda por sua falta de transparência sobre a linguagem utilizada pelo campo.

Orlandi (2009, p. 19-20) afirma que a Análise de Discurso pressupõe o legado do materialismo histórico, de que há um real da história de tal forma que o homem faz história mas esta também não é transparente. Importante relativizar neste ponto a questão das mulheres considerando que foram alijadas da História compreendida como oficial e, no processo, desprovidas de referências e memórias (Lerner, 2019; Franulic, 2019; Morgan, 1977; Frye, 1983). A análise de discurso feminista deve servir, portanto, para resgatar essa genealogia. Tendo isso em conta, e considerando que vivemos em neste cenário patriarcal, torna-se primordial que a análise do discurso seja feita percebendo as ideologias misóginas e punitivistas dos discursos, ora reproduzidos em matérias de jornais e produtos midiáticos em geral, ora nas redes sociais reais e virtuais, ou seja, comumente balizadas por instituições masculinistas.

Mesmo dentro do escopo do que entendemos por *análise feminista do discurso* (AFD) há abordagens distintas. Franulic (2015) descreve porque teorias que partem do conceito de “gênero” podem ser limitadas, ao reproduzir uma linguagem anglófona e masculinista do entendimento da categoria política “mulher”.

Para teóricas que seguem o pensamento feminista radical da diferença, sobre o qual se constrói este texto, a categoria histórica e política “mulher” tem base na ideia da hierarquização, construída a partir da diferença sexual, e imposta pelos grupos de homens sobre os grupos de mulheres ao longo dos últimos milênios – conforme Lerner (2019).

Afinal, as mulheres não são mais um grupo socialmente vulnerabilizado, mas, o primeiro grupo a ser explorado historicamente, onde foram aplicadas, testadas, ampliadas e refinadas as formas de tortura, exploração, escravização e mercantilização de corpos (Lerner, 2019). As mulheres foram desprovidas de seus corpos (seus territórios) em diferentes culturas e momentos históricos; segundo Robin Morgan (1977), são um povo colonizado. Por isso, para as feministas que elencamos no nosso diálogo, as mulheres não devem almejar a igualdade masculinista nem a ascensão às estruturas de poder dos homens (Pisano, 2001; Curiel, 2005; Franulic, 2015). Olhando pelo lado da existência e das estratégias de sobrevivência que as trouxeram até aqui, é possível afirmar que já que estiveram afastadas da construção da “história oficial”, as mulheres teriam a possibilidade de criar um novo caminho, um “novo marco civilizatório”. Por isso, Franulic (2015) propõe uma análise de discurso que dê conta desse contexto histórico, político e social.

Pensando que o mundo que “está lá fora” não é o mundo que queremos para nós, Margarita Pisano nos provoca no sentido de sermos nós que estamos “no afora”, às margens; e que é necessária a construção desse *olhar de fora* (Pisano, 1995), um exercício feminista constante, com base na articulação e na criatividade históricas das mulheres, e de transformações na linguagem e na ação (Lorde, 2019), para rever todas as estruturas, inclusive as narrativas e formas de interpretação de mundo femininas que possam se basear e reforçar ideologias patriarcais. Tendo sido as instituições – ciência, filosofia, igreja, judiciário, prisões, escolas, família, mídias – forjadas para a manutenção do poder patriarcal, há pelo menos duas perspectivas para levar em consideração, duas faces de uma mesma moeda: se, por um lado mulheres vivem com uma ausência de referências, por outro, existe latente a possibilidade de recriar um novo mundo a partir dos silêncios, dos não-ditos e das narrativas anticoloniais produzidas por mulheres. Aqui, a análise feminista radical e crítica do discurso torna-se primordial.

CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

Em uma pesquisa exploratória no portal G1, um dos mais expressivos centros brasileiros de distribuição de notícias online³, em outubro de 2022, pode-se observar algumas questões sobre a visibilidade midiática de mulheres que amam mulheres. Denunciada por anos pelo movimento de lésbicas⁴, a invisibilidade é uma questão relevante e que está constantemente em pauta nos espaços de organização política. Entendemos que um dos objetivos deste texto é, portanto, repensar o modelo de representação institucional midiática que as mulheres lésbicas têm recebido, e que linguagem tem sido utilizada para que as histórias e vidas lésbicas apareçam no jornal.

Nesta primeira busca, pudemos observar as aparições entre 2021 e 2022, contendo a palavra tanto ao longo dos textos quanto nas manchetes. Importante dizer que os resultados desta primeira busca serão usados neste momento a título de exemplo e como parte documental e de contextualização da minha pesquisa de doutorado. O que se segue é uma breve análise dos resultados encontrados a fim de dialogar com as teorias elencadas por nós para a articulação das questões pertinentes a este texto.

Para essa análise, decidimos optar por contabilizar, em termos de visibilidade e representação, apenas os textos que possuíam em suas manchetes a palavra “lésbica”, a expressão “amor entre mulheres”, ou ainda quando o caso era de alguma mulher que estivesse falando sobre seu relacionamento com outra mulher. Manchetes que usavam apenas as palavras “homossexuais”, “bissexuais”, “*queer*” ou quaisquer outras sexualidades ou siglas não entraram na conta, por considerarmos que a inclusão em siglas ou em outras comunidades é um projeto político de apagamento de lésbicas.

Procuramos encontrar 50 títulos que correspondessem às nossas expectativas. Das 50 primeiras matérias encontradas – todas veiculadas entre outubro de 2021 e

³ Publicada em junho de 2023, a pesquisa Digital News Reports (Reuters Institute) demonstra que, no Brasil, o Grupo Globo lidera em três níveis - televisão, online e impresso - o mercado de consumo de mídias. No *online*, 36% das disseram que assistem semanalmente ao canal Globo News (incluindo o portal G1), percentual que é seguido de perto (34%) pelos que disseram assistir semanalmente ao UOL. O jornal O Globo (*online*) ocupa a quarta posição do ranking, com 24% de citações. Veja mais em: LUCENA, André. **O que diz a principal pesquisa de mídia do mundo sobre o consumo de notícias no Brasil**. Carta Capital, 2023. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/o-que-diz-a-principal-pesquisa-de-midia-do-mundo-sobre-o-consumo-de-noticias-no-brasil/>>. Acesso em: 30/10/2023.

⁴ Para ler sobre a história das mulheres lésbicas no Brasil: QG FEMINISTA. Fonseca, Marcelle. **A história de luta do movimento das lésbicas no Brasil**. Disponível em: <<https://qgfeminista.org/a-historia-de-luta-do-movimento-das-lesbicas-no-brasil/>>. Acesso em: 22/08/2022.

outubro de 2022 – que correspondiam a essa determinação, 25 envolviam casos de violência praticadas contra lésbicas (algumas sendo descritas como “lesbofobia” ao longo do texto), somando 50% do total. 20% – 10 matérias – se relacionavam com cultura, eventos ou celebridades “saindo do armário”. 16% (8) diziam respeito a datas comemorativas, como notícias especiais sobre o dia do orgulho lésbico ou sobre o dia da visibilidade lésbica. 10% (5) eram sobre lésbicas e política partidária – notícias sobre a representatividade política e projetos de lei, por exemplo; e 4% (apenas dois dos textos) eram relacionados à saúde da população de mulheres que se relacionam com mulheres. Quando o assunto não era violência, quase em 100% das matérias as lésbicas “dividiam” espaço com outras sexualidades, e a palavra “homossexuais” muitas vezes era usada para nos categorizar, em uma espécie de “inclusão” na categoria de gays.

CONCLUSÃO

Ao observarmos o fenômeno de lésbicas representadas em notícias on-line, é possível chamar a violência de “linguagem” porque enquanto grupo social cotidianamente afetado por ela, entendemos que esta é forma mais conhecida de ser e estar no mundo. A violência educa, a violência é a língua-mãe, a violência comunica. Ela faz sentir, e depois ela é naturalizada, absorvida e reproduzida no nosso dia a dia, a ponto de não sabermos mais que somos atravessadas por ela, a ponto de esquecermos e naturalizarmos essa forma de nos comunicar.

O discurso punitivista, este mesmo que é reproduzido em prisões, por policiais e presos, em instituições – como escolas, hospitais, igrejas, famílias e mídias –, é o próprio discurso da violência, masculinista, da educação por meio da disciplina que, para ser conseguida, precisa ser imposta via punição, em casos de descumprimento de regras. Por isso, quando meninas e mulheres são interpretadas pelos homens como “rebeldes” que desafiam os papéis sexuais impostos por meio da socialização, a elas são delegados outros vários tipos de violência – o descaso, o ostracismo, a solidão, a perseguição, a coerção, o estupro corretivo e o assassinato (Vergès, 2021). Muitas vezes, cometidas por nós mesmas, mulheres, sobre outros corpos e sobre os nossos. Agimos desta maneira porque a violência é essa linguagem, presente na nossa socialização, que acreditamos ser a única forma possível de educar e, conseqüentemente, de comunicar.

REFERÊNCIAS

Andrea Franulic Depix. FRANULIC, Andrea. **Ayuda memoria: Un breve análisis feminista de discurso**. Chile, 2018. Disponível em: <<https://andreafranulic.cl/analisis-critico-de-fuente-s/ayuda-memoria-un-breve-analisis-feminista-de-discurso/>>. Acesso em: 10/03/2023.

Andrea Franulic Depix. FRANULIC, Andrea. **Genealogía de mujeres del Feminismo Radical de la Diferencia**. Chile, 2017. Disponível em: <<https://andreafranulic.cl/diferencia-s-exual/genealogia-de-mujeres-del-feminismo-radical-de-la-diferencia/>>. Acesso em: 10/03/2023.

BATISTA, V. M.. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. 2006.

CHRISTIE, Nils. **Uma razoável quantidade de crime**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo editorial, 2019.

CURIEL, Ochy. **X Encontro Feminista: o avanço do patriarcado pela inclusão**. A janela. Journal of Gender Studies , v. 3, nº. 22, pág. 317-330, 2005.

DAVIS, Angela Y. et al. **Abolicionismo. Feminismo. Já**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

DE ANDRADE, V. R. P. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Seqüência: estudos jurídicos e políticos**, v. 26, n. 50, p. 71-102, 2005.

DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, 2014.

Empório do Direito. CORDEIRO, Patrícia. **Em busca de linguagens perdidas: quando a resposta punitiva é um “cala a boca”**. Cascavel, 9 mar. 2015. Disponível em: <<https://emporiiododireito.com.br/leitura/em-busca-de-linguagens-perdidas-quando-a-resposta-punitiva-e-um-cala-a-boca/>>. Acesso em: 15/03/2023.

HOOKS, bell. **O Feminismo é Para Todo Mundo: Políticas Arrebatadoras**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2008a.

HOOKS, bell. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, p. 857-864, 2008b.

HOOKS, bell. **Teoria feminista**. Editora Perspectiva SA, 2020.

FRANULIC, Andrea. Por un análisis feminista del discurso desde la diferencia sexual. **Revista latinoamericana de estudios del discurso**, v. 15, n. 1, p. 7-22, 2015.

JARA, Mariela. Lutando contra o machismo na América Latina: a fórmula para combater feminicídios. Tradução de Natália Kleinsorgen. **QG FEMINISTA**, 2019. Disponível em: <<https://medium.com/qg-feminista/lutando-contra-o-machismo-na-am%C3%A9rica-latina-c558ae5eaf70>>. Acesso em: 29/08/2022.

KLEINSORGEN, Natalia. **Traficante ou roda ou tomba**: linguagem policial, criminalização da pobreza e discurso punitivista em O Itaboraí, O São Gonçalo e O Fluminense. 2017.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**. Cultrix, 2019.

MACKINNON, Catharine A. **Sex and violence**: A perspective. In: *Rape and Society*. Routledge, 2018. p. 28-34.

MICHAUD, Yves A.; GARCIA, L. **A violência**. Ática, 2001.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Teoria política feminista. Textos centrais**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

MISSE, Michel. Dizer a violência. **Revista Katálysis**, v. 11, p. 165-166, 2008.

MORGAN, Robin. Sobre mulheres enquanto povo colonizado. Tradução de: Bruna Santiago Franchini. **QG Feminista**, 2020. Disponível em: <<https://medium.com/qg-feminista/sobre-mulheres-enquanto-povo-colonizado-54dc4530e7ed>>. Acesso em: 5 de outubro de 2023.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v. 2, n. 2, p. 101-142, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2009. 100p.

PISANO, Margarita. **Los deseos de cambio, O.. El cambio de los deseos**, 1995.

PISANO, Margarita. **El triunfo de la masculinidad**. Santiago de Chile: Surada, 2001.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2010.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. Instituto Carioca de Criminologia, 2004.

SEGATO, Rita. **Contra-pedagogías de la crueldad**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018a.

SEGATO, Rita. O problema da violência sexual é político, não moral”: Entrevista com Rita Segato.[Entrevista concedida a] Marina Carbajal. Instituto Humanitas Unisinos, 2018b.

SANTOS, Elisama. **Educação Não Violenta**: Como estimular autoestima, autonomia, autodisciplina e resiliência em você e nas crianças. Editora Paz e Terra, 2019.

VERGÈS, Françoise. **Uma teoria feminista da violência**: Por uma política antirracista da proteção. Ubu Editora, 2021.

ZAIDMAN, Claude. Educação e socialização. In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP: São Paulo, 2009, p. 80–84.